

AUSÊNCIA/PERMANÊNCIA DO MESTRE-ESCOLA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO SUDESTE GOIANO¹

WITHDRAWAL/PERMANENCE OF SCHOOLMASTERS IN THE PROCESS OF SCHOOL EDUCATION IN THE SOUTHEAST OF GOIÁS

Fátima Pacheco de Santana Inácio²

Resumo: O artigo procura discutir as permanências e as mudanças introduzidas na educação escolar no Sudeste Goiano, especificamente em Catalão, entre os anos trinta e a década de sessenta. Parte da crítica à memória instituída nas obras de memorialistas locais como: *Catalão: Estudo Histórico e Geográfico*, de autoria de Maria das Dores Campos e *Catalão Ilustrado*, de autoria de Antonio J. AZZI, em seguida estabelece um confronto entre a memória “autorizada”, cujos registros assumem a dimensão da veracidade dos fatos aceitos e proclamados pela elite local, com a memória produzida, através de entrevistas, com ex-mestres-escolas e ex-alunos de mestres-escolas. No embate entre essas duas memórias foi possível descortinar parte da história da educação escolar e da profissão docente na região. E finaliza afirmando que a permanência do mestre-escola e sua atuação docente na escolarização da população do Sudeste Goiano, até meados de 1960, mesmo sendo ocultada nos registros escritos de memórias, permeia a história da educação local e não pode ser negada, uma vez que produziu/produz os seus próprios marcos de memória.

Palavras-chave: educação escolar; memórias; mestre-escola.

Abstract: The article discusses the continuities and the changes introduced in school education in the Southeast of Goiás, specifically in Catalão, from the thirties on to the sixties. Some of the criticism to the memory present in the local memoirist works such as: *Catalan: Historical and Geographical Study*, by Maria das Dores Campos and “*Catalão Ilustrado*”, written by Antonio J. Azzi and also a confrontation between the "authorized " memory, whose records assume the dimension of the veracity of the facts accepted and proclaimed by the local elite, with the memory produced through interviews with former teachers and former students of schoolteachers. In the confront between these two memories it was possible to reveal part of the history of school education and the teaching profession in the region. Finally, the article ends stating that even though the residence of the schoolmaster and his teacher performance in the schooling of the population of Southeast of Goiás up to mid-1960 has been hidden among the written records of memories, it permeates the local history of education and cannot be denied, since it produced / produces its own marks of memory.

Keywords: school education; memories; schoolmaster.

¹ Este texto compõe parte da pesquisa desenvolvida durante a realização do Mestrado.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. E-mail: fpinacio@uol.com.br

Artigo recebido em novembro de 2011; aprovado em fevereiro de 2012

Discutir as permanências e as mudanças introduzidas na educação escolar em Catalão, no período compreendido entre os anos trinta e a década de sessenta, torna-se relevante por abranger uma temporalidade em que o mestre-escola³ continua atuando na educação escolar e conseqüentemente sofrerá interferências em sua prática pedagógica. A posição da educação, a forma como ela é percebida nas poucas menções à sua existência e contribuição para a formação da sociedade local evidencia sua importância. Contexto que parece não reconhecer a presença do mestre-escola atuante e comprometido com as demandas da época em que se vivia. Nessa temporalidade o mestre-escola se faz ausente das poucas memórias escritas a respeito da educação escolar em Catalão.

Ao analisar as obras dos memorialistas que reportam ao processo de mudanças que o Sudeste Goiano teria passado, percebe-se uma argumentação que revela o que Martins (1992) descreve como sendo um vazio de sentido, uma marginalidade histórica, na qual se encontraria a região onde, como tentativa de reverter essa realidade, far-se-ia um esforço

no sentido de dar aos pequenos atos de todos os dias e às biografias esvaídas (e construídas) no trabalho duro de muitas décadas o sentido do épico, do ato monumental dos heróis civilizadores, dos grandes acontecimentos que selam o destino das sociedades. Cada um tenta encontrar no seu pequeno universo os indícios da grandiosidade que deveria estar em toda a parte, em toda a história. E que seria, também, para o senso comum, critério para definir o que é História do que não é. A História aí aparece deformadamente como a história dos 'primeiros' (MARTINS, 1992, p. 14).

Pode ser percebido na obra de Campos (1976), *Catalão: Estudo Histórico e Geográfico*, um esforço no sentido de descrever a trajetória da educação escolar no município de Catalão, desde 1890 até os anos setenta. Composto o quadro de memorialistas locais, a mesma não foge à regra ao tentar dar visibilidade ao passado através de memórias valorativas do seu espaço social, numa tentativa de conferir-lhe contornos cujos “marcos conferem aos contemporâneos certo sentido de herdeiros das mudanças do passado, como se regiões do Estado, em 1970, representassem o ápice de um processo iniciado com a presença dos Bandeirantes, em 1822” (INÁCIO, 2003, p. 13).

É ainda bastante sugestivo observar que a composição das memórias ocorre de forma quase que recortada, em espaços temporais, uma tentativa de criar a dimensão de uma origem

gloriosa cujo ápice é demarcado pela presença da ferrovia em seus momentos tidos como gloriosos, anteriores à crise que passa a vivenciar pós-30, e outra que se constitui a partir do final da década de sessenta, no período em que as esperanças de “modernização” do município se recompõem sobre novas bases, da mineração e dos incrementos dos mecanismos de produções agrícolas. Esse espaço entre a década de 30 e a década de sessenta é tratado de forma mais presente no trabalho de Campos (1976) relacionado à educação escolar.

Aproveitando sua trajetória como professora, Campos (1976) procura narrar a existência da escola no município de Catalão, citando o nome do professor e a quantidade de alunos frequentes às aulas, talvez com o objetivo de demonstrar que o Intendente, em 1890, já demonstrava preocupação e envidava esforços para a concretização da instrução pública no município.

Campos (1976) é zelosa ao referir-se aos professores do período, sem, no entanto esclarecer qual formação escolar eles possuíam, quais métodos ou método era utilizado nas atividades pedagógicas, também não se discutiu o papel social da escola e suas implicações no contexto histórico da época. A preocupação parece ater-se muito mais à aparência física do professor, aos seus laços familiares e à descrição exata do local em que funcionava a escola, e na tentativa de localização do passado através de referências do período em que a obra foi escrita, anos setenta. A passagem em que fala sobre Mestre Sátiro, senhor que foi professor de uma escola pública por volta de 1892, é um exemplo do que foi afirmado:

Dirigiu uma escola pública para o sexo masculino, onde estudavam também (*sic!*) de 40 a 50 alunos. Esta escola funcionou em um prédio na esquina, em frente, ao antigo prédio do Banco do Brasil.

Mestre Sátiro era pai da senhora de João Silvestre que durante muitos anos foi Oficial da Justiça em Catalão. Era gordo, baixo, barrigudo e de longo cavanhaque. Esforçado e competente para a época conseguia que seus alunos aprendessem, usando, sempre que preciso, a célebre “palmatória” (CAMPOS, 1976, p. 65).

A passagem acima nos sugere algumas questões, a primeira referente à concepção de escola que se tinha naquele momento, a idéia que surge é que bastava ter um local definido, independente de sua estrutura física, alguém para ensinar e alguns buscando o conhecimento das letras para que houvesse uma escola, e do outro lado quem paga pelo trabalho realizado pelo professor. Outro elemento que chama atenção é a referência a familiares que ocupassem cargos

de relevância e prestígio para a época; como podemos observar, Mestre Sátiro era sogro de um Oficial da Justiça.

Ao descrever outros professores a autora segue a mesma estrutura adotada na descrição do exemplo citado. Registra também a presença do ensino particular:

em 1895, Gastão de Deus Victor Rodrigues, contratado pelo Tenente Coronel Sr. João de Cerqueira Netto, deu aulas particulares para seus filhos: Mário Serqueira Netto (Nhôzico), João de Cerqueira Netto e Felicidade Netto Campos (Yaiá). Este competente professor dava suas aulas no prédio de residência de sua família, o sobrado dos “Victor Rodrigues”, ou seja, de “Chico Manco”, onde é hoje a Farmácia Felicidade (CAMPOS, 1976, p. 65).

A citação acima leva-nos a pensar se o ensino particular (mantido pelos pais ou familiares do discente) não era mais constante que o público, devido à temporalidade, fins do século XIX e início do século XX, e ainda por ser a região eminentemente agrária, fato marcante pelo menos até os anos sessenta, em que a maioria da população permanecia no campo e, portanto, a instrução raramente ocorria financiada pelos cofres públicos, conforme informações obtidas através das entrevistas, principalmente a do meio rural. Quando ocorria, era mais por conta de particulares, mediante as exigências dos órgãos oficiais de número de alunos para que se abrisse uma escola na fazenda e as artimanhas políticas que os não vinculados aos membros do governo tinham que enfrentar. A prática do apadrinhamento era uma constante. Quem não possuísse alguém de “peso” para interceder não obtinha concessão para o funcionamento de escola subsidiada pelos cofres públicos.

Continuando seu relato acerca das escolas que foram sendo criadas na sede do município de Catalão, Campos (1976) deixa transparecer com naturalidade certa adesão à idéia de que a escola deveria ser e era efetivamente frequentada por ricos. É com irrestrito orgulho que faz a seguinte afirmação em relação ao conhecimento transmitido no Colégio Sagrada Família: “Era muito eficiente, ministrando aos jovens das principais famílias catalanas bases sólidas de cultura para se ingressarem nas principais Faculdades do Brasil” (CAMPOS, 1976, p. 68).

Após esta afirmação a autora segue citando nominalmente os afortunados que possuíam o privilégio de frequentar uma escola como o Colégio Sagrada Família e seus feitos posteriores. Quando se trata de outras escolas, ao que parece de menor prestígio, talvez por ter uma clientela menos favorecida financeiramente e ainda a possibilidade de ser seus agentes educacionais de relevância insípida, a mesma, simplesmente, afirma: “Em 1922 existiram também as escolas de:

D. Esmeralda para meninas e do Povoá para meninos. E ainda: Pelos anos de 1936 ou 1937, fundado pelos competentes professores Sóstenes e Castelões, funcionou um educandário no antigo prédio, hoje demolido...” (CAMPOS, 1976, p. 68). Em seguida, a autora dá sequência à narrativa expondo seus sentimentos referentes à demolição do prédio.

Em relação à afirmação de competência dos professores, seus métodos e formação, em momento algum são analisados. O que suscita indagações se não seriam estes indivíduos mestres-escolas e por isso a resistência em discutir e até mesmo descrever suas práticas pedagógicas, tendo em vista o desejo, não da simples omissão de fatos, mas sim, de enquadrar o passado em uma perspectiva referenciada enquanto moderna, em que o *status* de professor repousava no fato de ser normalista.

A lembrança situa-se a partir do momento em que o exercício da memória é produzido e este tem intensa interferência sobre o passado, significa olhar o passado imbuído de valores e referências do presente. O fato de não informar quem eram os professores, seu nível de formação profissional, pode ser resultado dos discursos assimilados em torno da questão da necessidade de qualificação através da Escola Normal. Para ser um professor moderno o mesmo deveria ser habilitado através das metodologias da escola nova⁴ que propunha a ruptura com o modelo tradicional de educação.

As informações sobre Campos (1976) demonstram que a mesma esteve, em diversos momentos de sua vida profissional, presente em vários encontros promovidos para o professorado goiano, nos quais a ênfase recaía sempre na necessidade da utilização da “nova pedagogia” e na questão de modernizar a educação do estado, contando, especificamente, com a presença de professores formados atuando em sala de aula, conforme demonstram alguns artigos

⁴ O movimento que se denominou Escola Nova, também conhecido por Escola Ativa, teve seu início no final do século XIX, originário de duas vertentes, uma norte-americana e outra européia. Opondo-se ao que passou a denominar de escola tradicional, deu ênfase à metodologia da aprendizagem e super valorizou o papel da criança nesse processo. Recebeu contribuições de outros campos do conhecimento como a biologia e a psicologia, ocorre, a partir daí, a “cientificação” da escola. As contribuições de Montessori, Decroly, Claparède, Dewey, Durkheim, entre outros, resultaram na composição de diferentes correntes escolanovistas, as quais exerceram grande influência sobre educadores brasileiros, a partir da década de 20, dentre eles podemos citar Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo. Sobre o tema consultar Lourenço Filho (1963). Em Goiás, a propagação das idéias escolanovistas ocorreu através da *Revista de Educação*, inicialmente publicada em 1937, durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira.

da Revista de Educação e Saúde publicada em Goiás a partir de 1937⁵, sob o governo de Pedro Ludovico Teixeira que circularam no meio escolar com o objetivo de atualizar os professores.

Reforçando sua preferência em evidenciar a elite local, com muita tranquilidade, Campos (1976) relata o desmembramento do Externato Imaculada Conceição, instituição de origem particular, que, ao ser assumido pelas irmãs Franciscanas, em 1948, é dividido em duas partes: Escola “São Vicente de Paula”, destinada a crianças pobres e Escola “Paroquial” para aqueles que podiam pagar a mensalidade. Posteriormente, em 1950, ocorre uma junção das mesmas que se tornarão conveniadas com o Estado para a manutenção do corpo docente e administrativo, passando a ser denominada de Escola “Paroquial São Bernardino de Siena”. O que nos leva a inferir sobre a população local, a possibilidade e certamente a convicção de que a mesma, em sua maioria, deveria ser composta por camadas inferiores impossibilitando a existência de um ensino particular rentável.

Ao mencionar o quadro docente da referida escola, a autora ressalta a eficiência dos professores afirmando serem “tarimbados, competentes e dedicados” (definições estas que aparecem em algumas das entrevistas com ex-mestre-escola), porém o silêncio sobre o grau de sua formação permanece. Essa percepção nos leva a indagar se não seria o fato da obra ter sido escrita nos anos sessenta e estas informações serem trazidas muito mais por um esforço de memória, memória esta perpassada por constantes falas a respeito da necessidade e importância da formação de professores para a eficiência do ensino, a responsável por tal silêncio, uma vez que ficou evidente a falta de professores normalistas no período. E acreditamos, não seria a região privilegiada a ponto de, nessa época, contar com todo o seu quadro docente composto por normalistas.

A realidade que emerge traz, ao contrário do que tenta sugerir Campos (1976), a convicção de que a maioria dos professores mencionados por ela não era normalista, daí a necessidade de camuflar sua formação, mas continuar salientando a sua eficiência, numa tentativa de afirmar que, indiferente da sua formação escolar, eram pessoas capacitadas e que conseguiam transmitir conhecimentos. No entanto, também não discutiu a forma como esses conhecimentos eram transmitidos. A memória procura, de certa forma, não desqualificar a imagem dos professores ao negar discutir estas questões.

⁵ A Revista de Educação foi criada através do Decreto nº 3.842, de 12 de junho de 1933, nos moldes da revista congênere de Minas Gerais. (Cf. Decreto nº 3.482 de 12/06/33, p.115-116) Vários volumes publicados podem ser encontrados no Arquivo Histórico do Estado de Goiás

A autora menciona, ainda, a fundação do Externato “São Sebastião”, em 1943, pelas irmãs “Barbosa”, alegando que o mesmo ainda se encontrava em funcionamento por ser um estabelecimento que conseguia impor-se pela sua vida regular e pela dedicação de suas professoras, o que nos sugere que outros estabelecimentos de ensino eram criados e possuíam vida breve pela falta de dedicação de seu corpo docente. Entretanto, a mesma não problematiza as condições de existência de uma escola particular a que os professores tinham que se sujeitar para garantir a permanência no mercado.

As entrevistas mostram que na realidade os professores particulares tinham que se submeter à convivência diária com pessoas fora de seu âmbito familiar, quando “contratadas” para trabalhar nas fazendas. Em outros momentos, dependia da “generosidade” do poder público municipal para arcar com os aluguéis das casas que eram, ao mesmo tempo, escola e residência do professor.

A demanda por instrução escolar esbarrava nas dificuldades financeiras de muitos interessados que não dispunham de recursos para manter seus filhos na escola, por menor que fosse a mensalidade a ser paga. A esse respeito chama atenção o relatório de inspetoria regional de instrução primária, de 1931 que, ao tratar das escolas particulares, aponta ainda outros elementos que dificultavam o acesso e permanência na escola.

Devido a grande extensão de cada município como seja o de Pedro Affonso que mede 480 legoas, geralmente todos já muito povoados, deante do nº exíguo de escolas creadas; considerando a distancia em que se acham das mesmas e outros a falta de recurso, obrigam-se em benefício dos filhos a contratar nas cidades ou onde encontram, pessôas para ministrar em suas fazendas a instrução necessária não só para o seus como também para os de seus visinhos cujos contratos não excedem de 6 meses ou 1 anno, devido aos preços assaz elevados.⁶

O inspetor escolar denuncia os preços altos a serem pagos aos professores particulares, no entanto, o que as entrevistas evidenciam é que, como havia escassez de dinheiro, seja pelos baixos salários pagos aos trabalhadores, seja pela desvalorização monetária da produção local, nem sempre os professores particulares recebiam seus vencimentos com data fixa, sendo muitas vezes pagos através de gêneros alimentícios ou outros artigos produzidos na região (por exemplo, artigos tecidos no tear etc). Depreendem dessas informações dois pontos importantes: as

⁶ Relatório da Inspectoria Regional de Instrução Primária, 7ª circunscrição (sic). Documento encontrado no Arquivo Histórico Estadual (Goiânia-GO), Caixa 02, Pedro Ludovico Teixeira, Pasta de Instrução Escolar.

dificuldades enfrentadas no funcionamento de uma escola particular no período e a existência de um contingente numeroso de analfabetos, dadas as circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais em que se encontrava a sociedade local.

É com entusiasmo que Campos (1976) relata a conquista do prefeito de Catalão, Professor Antônio Jorge Chaud e do Dr. Wagner Estelita Campos, ao conseguirem trazer para Catalão, entre os anos de 1955 a 1958, o plano nacional de erradicação do analfabetismo. Confirmamos suas palavras:

Estes dois catalanos, Chaud e Estelita conseguiram que Catalão fosse a cidade escolhida na região “Centro Oeste”, para ser aplicado aqui, em caráter experimental, o novo “Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo”. Para cá vieram professores, sociólogos, médicos, toda uma equipe cultural que estudou primeiro a região, aplicando em seguida os métodos adequados para a criação e instalação de escolas isoladas na zona rural e novos Grupos Escolares na zona urbana. Foram construídos no início os prédios para funcionamento de 3 Grupos Escolares: o de D. Yayá, no bairro São João, o de João Roberto Moreira próximo ao posto Meteorológico e o de Rita Bretas nas imediações da cadeia, prédios estes construídos com verba e orientação federal (CAMPOS, 1976, p. 70).

É compreensível o entusiasmo da autora, uma vez que tal empreendimento, a princípio, só atingiria uma única cidade em cada região. Catalão havia sido agraciada com esse privilégio, apesar do contexto adverso, década de cinquenta, período em que o Estado brasileiro ainda mantinha em debate o projeto-lei da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que “o número de analfabetos ainda era alarmante por todo Brasil, aproximadamente 50.5% da população com 15 anos e mais não sabiam ler e escrever” (RIBEIRO, 1984, p. 128). O analfabetismo estava concentrado principalmente nas regiões mais sertanejas. O fato da cidade de Catalão ter sido escolhida para o desenvolvimento do projeto era realmente motivo de júbilo.

Essa escolha evidencia que o município comportava um número significativo de analfabetos, provavelmente um dos fatores que propiciou tal escolha. Os dados estatísticos elaborados pelo recenseamento de 1950 confirmam essa hipótese. Os números comprovam que das pessoas de 5 anos e mais, em 1950, que habitavam na cidade de Catalão, aproximadamente 58% eram analfabetas. No geral, incluindo o campo e a cidade, o índice de analfabetismo atingia 70% da população, sendo que na zona rural o percentual era de 82%, aproximadamente. Na cidade de Goiandira, o índice de analfabetismo era um pouco menor, 54% na cidade, 72% no campo e 58% no geral, o que demonstra que sendo o município de Goiandira bem menor do que

Catalão, os problemas com a alfabetização da população eram semelhantes. Outra informação interessante de ser observada é que, das pessoas analfabetas, a maioria é mulher, o que evidencia certo descaso com a instrução escolar do sexo feminino presente na sociedade da região.

Os dados fornecidos pelo Recenseamento Geral⁷ de Goiás 1950 nos dão a dimensão do grau de escolaridade atingido pelos indivíduos acima de 10 anos. Nota-se que o grau elementar foi concluído por de 81% dos seus integrantes, enquanto o grau médio foi concluído por 15% e ainda o grau superior chega apenas a 2% na cidade de Catalão. Depreende-se, do exposto, que o alto índice de seletividade imposto pelo sistema educacional regional se identifica com a realidade nacional brasileira conforme nos aponta Romanelli (1996, p. 93 - 94) ao analisar a situação do sistema nacional brasileiro no período de 1961/1972.

A nosso ver, são de duas ordens os fatores atuantes no processo de seletividade escolar: os relacionados com o contexto global, em que se instala a escola, e os relacionados com a ordem interna do sistema.

No primeiro caso, estão aqueles fatores de ordem econômica, social e cultural, que atuam sobre o aluno, no sentido de fazê-lo enfrentar, na escola, uma luta desigual para assegurar sua permanência. Esses fatores compreendem desde o estado geral de penúria da família, que não permite a aquisição de material escolar e alimentação adequada, até a necessidade de a família transformar todos os seus membros ativos, inclusive os mais jovens, em trabalhadores para garantir, através da maior quantidade de trabalho à venda, sua sobrevivência. Ou, ainda, a manifesta incapacidade de os pais perceberem os inconvenientes e desvantagens de limitar a frequência dos filhos à escola apenas ao tempo estritamente necessário à aquisição dos primeiros elementos de alfabetização. [...]

No segundo caso, pesa fortemente no rendimento escolar a estruturação da escola, que resiste a qualquer tentativa de modernização.

Entre todas as pessoas concluintes dos referidos graus é possível observar também que a maioria é mulher, no entanto, esse índice é notável até a conclusão do grau médio. O grau superior é marcadamente concluído por homens. Observações semelhantes podem ser feitas no município de Goiandira, salvo no que se refere ao grau médio, cujo percentual de concluintes entre homens e mulheres é muito próximo. Os dados estatísticos elaborados em 1957 revelam que o índice de alfabetizados da zona metropolitana de Catalão sofreu poucas alterações nos anos subsequentes.

⁷ IBGE. Recenseamento Geral. In: Livro Censo Demográfico – Goiás 1950. Vol. XXX, p.74.

Infere-se dos dados analisados que o número maior de analfabetos era composto de mulheres, quase um terço a mais que os homens, o que reforça a idéia de que a educação escolar feminina não era vista como algo necessário para a vida da mulher, em todas as suas dimensões. É possível que a maioria das mulheres analfabetas pertencesse às camadas mais pobres da sociedade local. Pode-se perceber, também, a falta de investimentos em quantidade suficiente para a manutenção das atividades de ensino pelo poder local, prática comum no período, em todo o território goiano, justificada pelo governo através da falta de recursos econômicos capazes de suprir a demanda do estado. Catalão contava, nesse período, 1957, com dois Ginásios, uma Escola Técnica de Comércio, uma Escola Normal e 42 estabelecimentos de ensino primário.⁸

O Estado de Goiás deixava a educação primária por conta dos municípios, independente do mesmo ter ou não condições financeiras de arcar com seus gastos. Gradativamente, ao longo das décadas de trinta a sessenta, é que o Estado foi assumindo a responsabilidade quanto ao pagamento de parte dos professores e auxiliares administrativos da escola. Quanto mais pobre o município mais lamentável era a realidade educacional.

Cabe lembrar que a Constituição de 1934 aprovou o direito à educação, reivindicado pelos renovadores como um direito da cidadania, porém ele saiu “suficientemente mutilado para que nada” obrigasse “o Estado a um investimento maciço em educação pública” (ROCHA, 1996, p. 126).

Voltando ao trabalho de Campos (1976), outro elemento que chama atenção é o fato de não ver mencionado, em momento algum, a existência de escolas na zona rural e mesmo nos povoados pertencentes a Catalão⁹, quando a maioria da população do município habitava a zona rural e seus povoados. Toda a referência sobre instrução está baseada no que ocorreu na sede do município de Catalão, levando os menos informados a crer que o processo de escolarização só se realizava na sede do município, o que não se configura como verdade, tendo em vista a existência de documentos, como o *Livro Mandados Para Pagamentos* de 1915 e o *Livro Ata* de 1916, encontrados no Arquivo Histórico de Catalão, onde é possível ver registradas nomeações de possíveis mestres-escolas para atuarem nos povoados e também nas chamadas escolas isoladas, existentes em determinadas fazendas do município.

⁸ Ibidem.

⁹ É Campos (1976) quem nos informa acerca do Município de Catalão que em 1920 tinha mais ou menos 32.000 habitantes com a superfície de 18.000 Km², incluindo Goiandira, Cumari, Anhanguera, Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis. (p. 27). Localidades que permaneceram ainda por bom tempo diretamente vinculadas a Catalão.

Prova contundente da afirmativa anterior é o próprio fato de Campos (1976) ter iniciado seus estudos no então Distrito de Goiandira, por volta de 1920, com a mestra-escola Amélia de Castro Lima, que iniciou seus trabalhos educacionais escolares de forma particular e, posteriormente, em 1926, foi nomeada pelo município de Catalão como professora da escola do sexo feminino do distrito de Goiandira. Em 18 de abril de 1928 foi nomeada pelo Presidente do Estado de Goiás para o cargo de professora da 3ª classe do sexo masculino de Goiandira. É inegável a existência de atividades escolares sendo realizadas em alguns pontos do município desde as primeiras décadas do século XX, por mais que sejam desconsideradas.

São relevantes, e muito sugestivas, no trabalho de Campos (1976), as páginas que ela dedica ao Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, fruto de um discurso que a mesma proferiu durante a comemoração das Bodas de Ouro do referido estabelecimento de ensino, em 2 de julho de 1971, quando tenta compor brevemente o histórico da escola. O interesse de padres da congregação Agostiniana, de nacionalidade espanhola, pela criação de um educandário destinado para moças e dirigido por religiosas resultou na criação do Colégio, em 1921, com a chegada de cinco madres vindas da Espanha.

A importância que Campos (1976) dispensa a esse estabelecimento de ensino pode ser entendida a partir da compreensão do vínculo que a mesma passou a ter com a referida instituição, desde a chegada das irmãs Agostinianas em solo goiano, no então distrito de Goiandira, onde residia. A autora fez questão de demonstrar a honra que sentiu por tê-las sob o mesmo teto, quando afirma:

Nesta ocasião morávamos em Goiandira, em nossa casa, Monsenhor Souza e as cinco madres agostinianas recém chegadas almoçaram tomando depois a ferrovia para esta cidade.

Lembro-me que ele estava eufórico e radiante e fez meus pais prometerem que seria uma das futuras alunas (CAMPOS, 1976, p. 76-77).

No ano seguinte a promessa foi cumprida e Campos (1976), como aluna interna, estava matriculada no curso primário. Este seria seu primeiro vínculo com o estabelecimento. Posteriormente, com a criação do Curso Normal, através do decreto nº 799, de 14 de agosto de 1925, tornou-se uma de suas primeiras formadas, dedicando-se em seguida ao magistério.

Essa foi a primeira instituição a oferecer Curso Normal na região Sudeste, uma vez que, em todo o Estado de Goiás, por volta dos anos trinta, só existiam ao todo seis Escolas Normais. Campos (1976) tornou-se uma das primeiras normalistas formadas no Colégio Nossa Senhora

Mãe de Deus, o que, de certa forma, trazia prestígio e reconhecimento, pois na época ser normalista não significava ser “apenas” professora, significava também ser prendada e apta para um casamento de nível mais elevado.

A importância destes acontecimentos para o estudo situa-se na busca da compreensão da forma adotada pela autora na elaboração de sua obra, dos significados que são atribuídos a determinados elementos, tais como a ênfase no aspecto institucional da escola, a falta de esclarecimento referente à atuação dos professores, o não revelar a identidade profissional destes professores, o que nos faz supor que sejam mestres-escolas, o omitir a existência de atividades de instrução rurais, o constante ressaltar da interferência de um determinado líder político na resolução de problemas de ordem escolar sempre o fazendo através de galanteios e menções de honra.

Percebe-se que no recorte temporal da pesquisa, anos trinta a sessenta e quatro, mesmo anteriormente, estas práticas eram muito comuns e de certo modo sobreviveram posteriormente. É compreensível que alguém que queira ver suas recordações talhadas, de forma sugestiva, procure deixar de lado elementos que, na sua ótica, pareçam diminuir o teor de importância que se quer dar ao seu relato, principalmente quando se trata de um discurso comemorativo. Porém não deixa de ser um instrumento interessante de pesquisa, à medida que podemos depreender elementos que nos ajudam a vislumbrar a trajetória da Escola Normal local, em contrapartida à existência e atuação do mestre-escola.

Quem tinha acesso à Escola Normal não era, necessariamente, todos aqueles que a ela gostariam de adentrar, primeiro pelo seu caráter privado, depois pelas dificuldades de locomoção, uma vez que no final dos anos vinte, e mesmo durante as duas décadas seguintes, eram pouquíssimos os meios de transporte que garantiam um deslocamento mais rápido dentro do próprio município. Aqueles que não morassem na cidade de Catalão teriam que se matricular na modalidade internato para garantir a presença durante o tempo de estudo, o que demandava possuir condições financeiras para isso, ou pelo menos contar com algum parente que residisse na localidade para hospedar-se enquanto mantivesse os estudos, o que não o isentava da mensalidade a ser paga. Sem deixar de observar que, a princípio, não eram tantas as pessoas que, por várias razões, gostariam de vir a ser normalistas, dentre elas os baixos salários pagos aos professores e as péssimas condições de muitas escolas que seriam os locais de trabalho, na

verdade improvisadas e sem a devida infra-estrutura que garantisse, ou pelo menos facilitasse, o desenvolvimento das atividades educacionais.

A denúncia da precariedade das condições de trabalho dos professores goianos pode ser detectada através de relatórios de inspetoria. O inspetor escolar, ao visitar várias escolas, afirma em seu relatório que “os seus professores continuam na mesma situação em face da falta de material escolar, ainda que com reiterados pedidos sendo de notar, que as dos povoados acima mencionados nunca receberam até uma folha de papel.”¹⁰

Nesse contexto é fácil entender porque a primeira turma da Escola Normal era composta por apenas cinco formadas e destas uma não se dedicou ao magistério. A segunda não fugiu à regra formando apenas quatro alunas, dentre elas Campos. Ao que consta, havia uma grande procura pelo ensino primário, obrigando as irmãs a buscar a ampliação da escola, porém não ocorria o mesmo com a Escola Normal. Campos (1976, p. 79), afirma que em “1948 e 1949 a Escola Normal não teve alunas para funcionar, mas com o interesse do Rotary Clube e das mães, reabriu-se em 1950, pelo Decreto nº 1.142, de 26 de janeiro de 1950”.

Estas são as breves informações possíveis de serem detectadas a respeito do funcionamento da Escola Normal em Catalão, trazidas por Campos (1976, p.76), acrescentando apenas que, de 1950 em diante, “vem funcionando regularmente com aumento do número de formadas até o presente momento”.

Outro dado que merece atenção é o fato de Campos (1976) ter-se tornado professora do referido estabelecimento de ensino, o que nos leva a compreender, de forma definitiva, seu vínculo e a origem de seu total apreço por esta instituição, o que pode ser comprovado através de suas palavras:

Durante 35 anos ininterruptos, isto é, de 2 de fevereiro de 1930 a 31 de janeiro de 1965, lecionei aqui neste educandário, no qual me formei em 1928 e fui a sua primeira aluna interna. Estive como Inspetora da Escola Normal de 1964 a março de 1967.

O Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus com os seus 50 anos de existência tem prestado incalculáveis benefícios não só a Catalão como também ao Estado de Goiás e regiões vizinhas de Minas Gerais. É um marco de glória plantado pela vontade firme de Monsenhor Souza, zelado e cuidado com carinho, amor, dedicação e capacidade pela culta e zelosa Congregação Agostiniana (CAMPOS, 1976, p.82).

¹⁰ Relatório da Inspectoria Regional de Instrução Primária, 7ª circunscrição (sic). Documento encontrado no Arquivo Histórico Estadual (Goiânia-GO), Caixa 02, Pedro Ludovico Teixeira, Pasta de Instrução Escolar.

Como era de se esperar, não menciona o fato de a escola ser particular e, portanto, era um estabelecimento onde somente os mais afortunados adentravam, deixando uma parcela significativa da população impossibilitada de ter acesso aos seus tão vangloriados ensinamentos.

O trabalho realizado por Antonio J. Azzi, ano de 1937, intitulado *Catalão Ilustrado*¹¹, é, aparentemente, uma obra descritiva sobre o município, composta pela descrição minuciosa de diversos setores que compunham a máquina administrativa, as principais fontes de arrecadação etc, conforme já se afirmou em momento anterior. Dentre as informações, encontram-se relacionados os estabelecimentos de ensino existentes no município em 1935, classificados por categorias particulares, mantidos pelo Estado e os municipais.

O primeiro elemento que chama atenção é o fato de se ver, ao contrário do que foi sugerido por Campos (1976), a existência de um número, que embora não seja expressivo, pelo menos demonstra que também na zona rural ocorria um processo de sistematização do ensino através da presença de escolas isoladas financiadas pelo município. Este fato não exclui a possibilidade da existência de escolas financiadas por fazendeiros e mesmo por certa comunidade de habitantes do meio rural que resolviam bancar a instrução de seus filhos por conta própria, pagando cotas mensais ao professor, como analisamos anteriormente. Tendo em vista que nesse período estudado, década de trinta, o município de Catalão ainda contava com uma grande extensão territorial e que certamente o número de escolas citadas não correspondia a toda demanda local, pode-se considerar que o maior índice populacional se concentrava no meio rural.

Mas os dados também demonstram importância por apresentar pistas sobre a quantidade de alunos que frequentavam as escolas relacionadas, num total de 246 alunos, 140 do sexo masculino e 106 do sexo feminino. Em comparação com a quantidade descrita dos alunos que frequentavam as escolas da cidade, total de 789, portanto três vezes maior que o número dos alunos rurais, aumenta a chance de que a hipótese levantada, acerca da clientela que frequenta a escola pertencer às camadas mais abastadas desta sociedade, esteja correta.

É ainda possível constatar que o percentual de professores do sexo masculino é mais expressivo no meio rural do que o do sexo feminino, pois encontramos relacionados sete professores e apenas três professoras. Sabe-se que o magistério era uma profissão, a princípio, quase toda assumida pelo sexo masculino e que só a partir do século XIX as mulheres passaram a ser incorporadas nesta profissão, principalmente em consequência de uma tendência tida como

¹¹ A obra não possui numeração de páginas, por esse motivo não estarão presentes nas citações da mesma.

inovadora, que buscava no elemento feminino resposta para a incorporação dos anseios propagados pelo escolanovismo que faz sua penetração no Brasil no final do séc. XIX, atribuindo a necessidade de um professor mais afetuoso e capaz, através de habilidades inatas, de ser motivador da aprendizagem sem lançar mão de castigos físicos.

Nesse sentido, as informações são reveladoras das circunstâncias em que se encontrava o ensino na região e de certa forma em todo o Estado de Goiás, tendo em vista não só a presença de um número maior de homens, mas o fato de não se ver, por parte do governo, a implantação de uma política de qualificação de professores e expansão do ensino, comprometida com os anseios manifestos através dos discursos de modernização em voga no período.

Somente após a estruturação da Secretaria de Estado da Educação, em 1947, é que se inicia a reabilitação do Ensino Primário em Goiás. Uma das políticas encaminhadas foi a organização dos chamados Cursos de Férias para professores primários. Nas entrevistas feitas com os mestres-escolas é possível observar uma ruptura das práticas educacionais a partir da inserção do mestre-escola nesses Cursos de Férias.

O primeiro Curso de Férias para professores primários oferecido em Goiás data de 1948/49, entre os meses de dezembro a fevereiro. O curso foi destinado aos “diretores de Grupos Escolares com a possibilidade de matrícula franca a todos os professores desse grau de ensino que se interessasse pelo assunto”¹². O documento afirma ainda que a participação efetiva no curso foi de 110 professores, representantes de diversas regiões do Estado de Goiás.

A participação nesses Cursos de Férias por parte dos mestres-escolas que trabalhavam como professores primários, no Sudeste Goiano, segundo os entrevistados, só teve início a partir de 1954. Momento em que passaram a trocar experiências escolares com outros colegas de profissão. Antes atuavam isoladamente e de modo improvisado. A partir desse processo de formação em serviço, a receptividade da orientação metodológica resultou em mudanças em suas práticas escolares a começar pelo modo como deveriam travar a relação professor/aluno, inviabilizando o uso da palmatória. Com as orientações recebidas começaram a confeccionar o material didático a ser utilizado em sala de aula e a estabelecer contatos com outros colegas de profissão. Os hábitos higiênicos também sofreram alterações gradativas.

¹² Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, Governador do Estado de Goiás, pelo Dr. Hélio Seixo de Brito, Secretário de Estado da Educação. In: *Revista de Educação*. Ano XVII – Ns. 33-34. p. 5.

Assim como Campos (1976), Azzi (1937) não demonstra preocupação em revelar qual o grau de formação dos professores mencionados o que vem reforçar a hipótese de serem parte deles mestres-escolas. No entanto, ao relacionar os nomes das professoras formadas pela Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, entre os anos de 1927, momento em que conclui a primeira turma, e o ano de 1937, permite-se uma observação no sentido de averiguar quais das professoras citadas aparecem desenvolvendo atividades profissionais docentes após o término do curso, uma vez que o mesmo, ao citar as escolas, também cita o quadro docente que as mesmas comportam. Assim pode-se perceber que das 37 formandas, ao longo dos dez anos de existência da Escola Normal em Catalão, apenas doze estavam exercendo a profissão, mesmo assim somente quatro estavam vinculadas ao setor público, outras quatro eram donas de seus próprios estabelecimentos de ensino e as demais exerciam a profissão como professoras de escolas particulares. O número de estudantes que procuravam a Escola Normal era quase que insignificante, chegando a ponto de em 1934 haver apenas uma concluinte do curso, e nos subsequentes o número de formadas girava em torno de três, no máximo, cinco.

Sabemos que a proposta do governo do Estado de Goiás era de preencher as vagas dos grupos escolares oficiais com professores formados pela Escola Normal, mas como a demanda era maior que a procura, à medida que o número de grupos escolares foi crescendo, por não ter os municípios mão-de-obra qualificada, conforme as exigências governamentais acabavam por permitir o contrato de professores leigos, nem sempre de nível ginásial, para atuar nesses estabelecimentos de ensino. A única exigência que, de certa forma, se cumpria era quanto à Direção dos Grupos Escolares, geralmente administrados por normalistas. Porém, em Catalão, não é possível afirmar se durante os anos trinta e mesmo posteriormente, o município pôde seguir as determinações legais ou também pode ser enquadrado na mesma situação da maioria dos municípios goianos que, como se sabe, não contava com a presença do curso normal em suas regiões, o que dificultava a existência de pessoal “preparado” para o exercício do magistério. O que torna evidente, principalmente, ao analisar que mesmo nos pouquíssimos municípios em que existia a Escola Normal, tomando como referência o caso de Catalão, é que nem sempre as formadas estavam dispostas, por um motivo ou outro, a assumirem a tarefa da instrução.

Azzi (1937), ao relacionar as escolas existentes no município de Catalão, faz também a citação de um número considerável de professores que atuaram não somente nas escolas rurais, mas também nas da sede do município, incluindo quatro que fazem parte do corpo docente do

Grupo Escolar. Não foi possível detectar o grau de formação destes indivíduos o que reforça a hipótese de serem, parcela considerável, mestres-escolas. O fato é que através de fontes orais foi possível acessar depoimentos de ex-alunos de mestres-escolas e de ex-mestres-escolas que aturam na região até por volta da década de sessenta, não só em nível municipal e particular, mas inclusive compondo o quadro de professores estaduais.

A permanência do mestre-escola e sua atuação docente na escolarização da população do Sudeste Goiano, até meados de 1960, mesmo sendo ocultada nos registros escritos de memórias, permeia a história da educação local e não pode ser negada, uma vez que produziu/produz os seus próprios marcos de memória.

REFERÊNCIAS

AZZI, Antonio J. **Catalão Ilustrado**. Ano I. 1937.

CAMPOS, Maria das Dores. **Catalão: Estudo Histórico e Geográfico**. 1976.

INÁCIO, Paulo Cesar. **Trabalho, Ferrovia e Memória**: a experiência de turmeiro(a) no trabalho ferroviário. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, UFU, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e Modernidade na Educação: o Processo Constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, O. (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996. 302 p. (Coleção Memória da Educação)

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 18.ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1996. 178 p.